

BRASIL: DIVISÃO IDEOLÓGICA, INTOLERÂNCIA RELIGIOSA, E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

BRAZIL: IDEOLOGICAL DIVISION, RELIGIOUS INTOLERANCE, AND ENVIRONMENTAL DEGRADATION IN PANDEMIC TIMES

Francisca Eugenia dos Santos¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo criar um espaço de reflexão em torno ao surgimento no Brasil de uma direita fundamentalista cristã, a ascensão de Bolsonaro, e a atuação do seu governo diante da pandemia do coronavírus, assim como sua responsabilidade na degradação ambiental que o país vem sofrendo nos últimos dois anos. Além disso, criar uma atmosfera de debate e análise, que possa contribuir para compreender os retrocessos em políticas socioambientais, e de inclusão social, que dão lugar a um questionado programa de governo, no qual o jargão “Brasil acima de tudo, e Deus acima de todos”, simbolizam valores de uma ala evangélica, que contrapõe o conceito de estado pluralista, concebido dentro da constituição brasileira. A situação pandêmica revela as posturas de um governo que por um lado minimiza a letalidade do vírus, e por outro transforma as estratégias sanitárias criadas pelos técnicos e especialistas, em objeto de disputas políticas, as quais também pretendemos considerar. Através de fontes bibliográficas, e pesquisas realizadas por diferentes estudos no Brasil, procuramos desenhar uma realidade social, religiosa e política que nos possa permitir avançar na construção de um ideal crítico do Brasil de Bolsonaro.

Palavras-chave: Brasil; Divisões ideológicas; Fundamentalismo; Degradação ambiental.

Summary

This article aims to create a space for reflection around the emergence in Brazil of a fundamentalist Christian right, the rise of Bolsonaro, and the performance of his government in the face of the coronavirus pandemic, as well as his responsibility for the environmental degradation that the country has been suffering for the past two years. In addition, creating an atmosphere of debate and analysis, which can contribute to understanding the setbacks in socio-environmental policies, and social inclusion, which give rise to a questioned government program, in which the jargon “Brazil above all, and God above of all”, symbolize the values of an evangelical wing, which opposes the concept of a pluralist state, conceived within the Brazilian constitution. The pandemic situation reveals the attitudes of a government that on the one hand minimizes the lethality of the virus, and on the other hand turns the health strategies created by technicians and specialists, into the object of political disputes, which we also intend to consider. Through bibliographic sources, and research carried out by different studies in Brazil, we seek to design a social, religious and political reality that can allow us to advance in the construction of a critical ideal of Bolsonaro's Brazil.

Keyword: Brazil; Ideological divisions; Fundamentalism; Environmental degradation.

¹ Doctora en Filología Hispánica, Lingüística y Literatura. Profesora de la Universidad de Santiago de Chile (USACH).

Contato: francisca.dossantos@usach.cl

1. Introdução

“Eles combinaram de nos matar.
E nós combinamos de não morrer.”
Conceição Evaristo

Os objetivos do presente artigo estão centrados no resgate de alguns acontecimentos, e polêmicas do governo Bolsonaro diante a pandemia do coronavírus, e as contradições religiosas que nos permitem traçar uma narrativa sociopolítica, e refletir sobre outros aspectos de disputas que tem caracterizado o governo brasileiro em sua galopante corrida por transformar o Brasil em um “outro” país, dentro do ideal “Bolsonarista”, e seu projeto de nação. Um ideal de nação que tem como meta diminuir os investimentos na área de educação e cultura, desmantelar as políticas ambientais e de inclusão social, e avançar no desenvolvimento de um Modelo Econômico Neoliberal, na proteção dos interesses dos grandes grupos econômicos, e das classes mais poderosas do país. São esses aspectos que pretendemos analisar através de alguns estudos realizados no Brasil, na tentativa de compor um documento com evidências bibliográficas de um momento histórico atual, que nos permita no calor dos acontecimentos fazer um esforço interpretativo dentro das esferas analíticas que selecionamos.

A pandemia do coronavírus deixou em descoberto as fragilidades, e sentido comum das nações mais ricas, e a profunda desigualdade social das nações mais pobres, significou um obstáculo no enfrentamento da pandemia. Desde o princípio do aparecimento do coronavírus, sabíamos de acordo as medidas de contenção ao vírus recomendadas pelos infectologistas, que a população mais vulnerável seria vítima direta, quando não teriam condições de cumprir com as medidas de combate à doença.

Em um país como o Brasil onde 10 milhões de pessoas vivem em situação de extrema pobreza era de ser esperar uma “hecatombe”, ao deixar em descoberto as magnitudes dos problemas sociais que o país padece, e a ascensão de um governo que desconhece a realidade socioeconômica da maioria da população brasileira.

O Brasil é um país que desde sua colonização tem se caracterizado pelas injustas diferenças sociais, onde a opulência de uma classe social determinou a estrutura socioeconômica do país. Deste modo, com a chegada da pandemia

do coronavírus em fevereiro de 2020, e com o aumento de contágios, o país entrou em colapso sanitário, e as estratégias que seriam utilizadas pelo Ministro de Saúde, na época Luiz Henrique Mandetta, não puderam ser realizadas. Em pleno aumento da pandemia no Brasil, o Ministro foi demitido, e o país entrou numa crise política criada pelo governo Bolsonaro, quando o Presidente se opôs a todas as estratégias de combate a pandemia criada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Nesse sentido, a perplexidade dos meios de comunicação, e dos partidos de oposição não foram suficientes para reverter uma situação caótica de contradições dentro do próprio governo no enfrentamento da pandemia que se assomava.

Os partidos políticos que sustentam o governo Bolsonaro, os seus aliados e apoiadores foram cúmplices de um negacionismo à ciência, e difusores de fake news em torno aos discursos científicos. Resultam coerente e ao mesmo tempo impactante que diante de mortes, luto e tristeza, que um governo que se diz “cristão” não tenha optado por outro caminho nessa luta que se estava armando a nível mundial, e que tinha como objetivo básico “salvar vidas”. O Brasil desde seu governo, representado na figura de Jair Bolsonaro segue o caminho “oposto” a todas as expectativas mundiais.

As grandes nações civilizadas, e com um mínimo de humanidade optaram por fechar as suas ruas, deter a circulação de pessoas, o que conseqüentemente significaria a paralisação da economia. Enquanto o mundo mantinha um discurso único com bases científicas, o Brasil questionava o fracasso da economia, e colocava em risco de vida uma população de mais de 210 milhões de pessoas, das quais mais de 10 milhões vivem em situação de pobreza e abandono. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estadística (IBGE), podemos ver que o país não avançou em equidade social, e assim,

de acordo com o IBGE, 13,8 milhões de pessoas – 6,7% da população – vivem com menos de US\$ 1,90 por dia. Para o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior, esse aumento da extrema pobreza é resultado da crise econômica que abala o país desde 2015. (Redação RBA, 19 maio de 2020)²

² <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2020/05/extrema-pobreza-cresce-pelo-5o-ano-seguido-e-deve-explodir-com-a-pandemia/>

São essas questões e suas derivações que vamos analisar no pequeno espaço deste artigo, articulando uma discussão em torno da divisão ideológica, intolerância religiosa e devastação ambiental. Finalmente utilizamos a irracionalidade do governo Bolsonaro, e sua arbitrariedade diante da situação pandêmica para refletir sobre os valores da civilização, e a desilusão dos povos diante dos ideais da sociedade moderna.

2. Um olhar interdisciplinar sobre a realidade brasileira

Os vermes agem assim,
comentam sobre onde eu fui,
experimenta saber de onde eu vim.
Emicida

Durante os últimos anos no Brasil muitos estudiosos tem interpretado o crescimento da extrema direita como uma tendência mundial. Isso tem significado uma série de questionamentos que nos levam a analisar várias esferas da nossa vida cotidiana. Um país que vivenciou nas últimas décadas um crescimento econômico invejável, e que uma grande parte da população brasileira pôde ser protagonista de uma proposta de nação, aonde os pobres puderam ter a possibilidade de fazer parte de uma realidade promissora. O mais importante dessa época brilhante foi a criação de políticas de inclusão, onde o orgulho de ser brasileiro pôde passar pela favela, pelas diversas regiões do país, e finalmente chegar à casa dos mais desfavorecidos, fazendo com que a autoestima dessa população pudesse ser acariciada.

Dessa forma, o que os brasileiros viveram desde a ascensão de Lula em 2003, até o primeiro mandato da Presidente Dilma Roussef foi o sonho de ter uma parte do povo tendo acesso a serviços, e ao consumo que antes somente estava destinado à classe média e aos mais privilegiados.

O Brasil deixou a condição de 'país do futuro', e acessou *status* de um país emergente no sistema internacional, não apenas resistindo à crise econômica internacional de 2008, mas também atingindo seu pico de crescimento econômico (7,5%) em 2010, ao reduzir os impostos pra incentivar o consumo interno. (Pinheiro-Machado, Scalco, 2018)

Certamente, para muitos brasileiros o fato de ter vivido esse período de “abundância social”, permitiu uma felicidade real de inclusão social, que nunca, provavelmente, haviam vivido em suas vidas. A ideia de colocar entre aspas o conceito criado, além de dimensionar os seus inúmeros significados, tem como objetivo mostrar que esse privilégio de “abundância social”, pôde ter provocado as divisões, e o ódio nas elites brasileiras, que nunca ao longo da história do país puderam ver os pobres desfilando pelos aeroportos em viagens recreativas, ou desfilando pelos shoppings adquirindo produtos de marcas, cumprindo “sonhos de consumo”. Embora, compartilhe a ideia de que com a chegada da crise econômica, foram os próprios beneficiados pelos programas de inclusão que começaram a procurar uma “tábua da salvação”, que pudesse permitir a volta a essa “abundância social”, podemos afirmar que as consequências desse período semearam o surgimento da figura de Jair Bolsonaro.

Os jovens que desataram as manifestações de 2013, possivelmente consideravam que se abria uma chance de questionamentos, e mudanças sociais no país, para que pudessem “sonhar” com o nível de consumo que havia existido em anos anteriores, e lhes permitiu ser “parte do sonho de consumo”. Obviamente os motivos das manifestações de 2013, não estão relacionados somente a um contexto econômico, mas acreditamos que possam ser estes representativos das demandas do período. É importante nesse sentido frisar que a partir de 2013 o país entra num processo de polarização ideológica, e é provável que as sementes do extremismo da direita tenham sido regadas com doses de intolerâncias, e fundamentalismos, dado os “sonhos sonhados” de jovens periféricos pela luta de que regressasse a realidade econômica que já haviam vivido, e que tão bem tinha feito a suas famílias. Quem sabe aqui estariam os futuros eleitores de Jair Bolsonaro, que seria o mentor de uma futura economia estável para que os “sonhos sonhados” pudessem ser cumpridos. Podemos afirmar que

em 2017, uma pesquisa do Datafolha apontou que 60% dos eleitores do então pré-candidato à presidência da República Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), tinham entre 16 e 34 anos. Isso soou como uma surpresa na esfera pública, que é, em grande medida, movimentada pela polarização ideológica que se acirrou no Brasil após 2013. (Pinheiro-Machado, Scaldo, 2018)

A partir de então, podemos fazer uma interconexão entre os diferentes acontecimentos políticos que compõem a proposta de análise do presente artigo, ou seja, questões religiosas que terão relação com a proposta do governo de Jair Bolsonaro, sua ala evangélica, e as contradições da fé cristã que supostamente “protegeria o Brasil”.

Os estudos sobre pentecostalismo e neopentecostalismo, por exemplo, crescem no Brasil, paralelo aos efeitos sociais que provocam o crescimento das igrejas, política partidária e os líderes evangélicos, que sem dúvida, representam um apoio fundamental para o governo. Muitos dos interesses pentecostais e neopentecostais se alinham ao discurso de Jair Bolsonaro. Ou seja, “Jair Bolsonaro ao assumir uma moralidade religiosa junto com um sentimento antipetista levou aos evangélicos a se colocar como força política decisiva” (Falcão Oliveira, 2020). Desse modo, a candidatura de Bolsonaro pode ser considerada fruto do crescimento dos evangélicos no Brasil, e ao mesmo tempo identifica um discurso conservador, moralizante e contraditório com os valores cristãos. Quer dizer, a fé religiosa desde o discurso do candidato propaga a tortura, a perseguição das minorias sexuais, o machismo e principalmente a defesa da posse de armas que para muitos não estão dentro da “defesa à vida” tão expressiva nos valores do cristianismo.

A sociedade brasileira a partir de então, conhecerá desde ascensão de Jair Bolsonaro uma forma de fazer política que estará intimamente ligada a uma fé religiosa, que tem como missão colocar nas mãos do messias a “salvação da pátria”, através de uma solução mágica.

Desde o século 19, a sociologia tem preferido apostar na tese de que a pobreza facilita a expansão da religião. Em geral, as religiões ajudam seus adeptos a lidar com a pobreza, explicam e justificam sua posição social, oferecem esperança, satisfação emocional, e soluções mágicas do cotidiano. (Mariano, 2010)

A religião tem gerado discursos de intolerância, e tem despertado polêmicas e disputas em torno à reafirmação dos preconceitos sociais, e da ascensão de um projeto de nação evangélica que contrapõe a constituição brasileira. Em uma perspectiva histórica podemos afirmar que o crescimento de igrejas evangélicas no Brasil, tem representado de fato transformações significativas, e o crescimento do radicalismo.

Nosso trabalho é unir as decisões políticas do governo Bolsonaro, e a bancada evangélica como determinantes no panorama político que tem vivido o país. Outro ponto importante, e não menos polêmico é a temática ambiental que agregamos ao presente artigo, como possibilidade de observar transversalmente, de como a coerência do discurso do governo Bolsonaro, se reflete em várias áreas de importância vital para a população, e para o bem comum dos brasileiros.

É por isso, que pensamos que o desmantelamento das políticas ambientais vai de encontro também a uma linha gerada, e generalizada dentro do projeto de “evangelizar” o país, com base em teologias fundamentadas em desenvolvimento econômico, e na fé crista. Os evangélicos têm entrado no tecido social do Brasil e mantido valores, interesses e práticas que são contrárias a preservação ambiental, apesar de que muitas igrejas tenham permitido aos seus fiéis o desafio de lutar por um desenvolvimento sustentável. O fato é que a contradição profunda que tem sido analisada por alguns estudiosos do tema, nos permite questionar a participação de cristãos em movimentos ambientais.

Ora, se os cristãos devotassem um pouco mais de atenção e ações articuladas, independentes de filiação a esta ou aquela igreja com certeza seriam milhões de pessoas em condições de atuarem efetivamente na defesa do meio ambiente desde um projeto de Educação Ambiental, reciclagem de lixo, arborização, reflorestamento, agricultura familiar, agricultura urbana, hortas domésticas, comunitárias, escolares, limpeza etc...além de uma maior participação no que concerne a definição de políticas públicas, planos e programas ambientais em todos os níveis. (Da Silva, 2020)

Por outro lado, os crimes e desastres ambientais, que tem ocorrido durante o governo do Presidente Jair Bolsonaro, revelam que a temática ambiental pertence a uma área que não está dentro dos interesses do governo, sendo que este está mais preocupado em proteger aos interesses dos grandes empresários, e dos grupos econômicos que trabalhar em função da preservação dos nossos patrimônios ambientais. Entretanto, vemos denúncias nacionais e internacionais contra os avanços de uma política destruidora, e nociva para a biodiversidade mundial.

A ideia desse tópico foi fundamentar nossos propósitos investigativos, porém esclarecer que pelo espaço do presente artigo não é possível mencionar outros importantes aportes que tem realizado muitos estudiosos no Brasil no desafio de compreender a realidade sociopolítica atual, e as consequências

humanitárias que tem sofrido a população brasileira. Esses estudos além de contribuir para a discussão em torno às políticas sociais criadas no governo de Jair Bolsonaro, também nos oferecem linhas de reflexões que podem orientar-nos no reconhecimento de um cenário complexo, onde embora existam interesses de um segmento da sociedade em construir um país com características inclusivas, em que todos possam participar do projeto político, não tem sido suficiente para elaborar estratégias que possam neutralizar a forte influência que tem tido o governo na devastação ambiental que tem sofrido o país. Quer dizer, se a diversidade cultural e étnica do Brasil o faz um país diverso, hoje o que temos do ponto de vista político são dois grupos: governo e oposição falando dois idiomas distintos, no qual o entendimento, e o diálogo estão longe de ser alcançado, compromete a vida e o futuro do país. É como se tivéssemos dois polos: a barbárie simbolizada na figura do Presidente, e a civilização simbolizada nos setores mais progressistas, nos quais estão incluídos os ambientalistas, artistas, professores, intelectuais, ativistas de movimentos populares e outros que junto com a mídia progressista desatam uma batalha diária com o objetivo de proteger o patrimônio ambiental, cultural e étnico do país.

O povo brasileiro esperou em vão que o governo do Presidente Bolsonaro reconhecesse a gravidade, por exemplo, da pandemia logo nos seus inícios, coisa que nunca aconteceu, pois a preocupação estava centrada no desastre econômico que vinha ocasionar o coronavírus, e o preço que iria pagar o governo pelo fato de que o país entrasse numa recessão econômica. Até o brasileiro mais analfabeto tinha a clareza de que o coronavírus desataria uma crise mundial, e que todos os países iriam passar por uma situação limite em termos econômicos. Não obstante, diante do cenário catastrófico, o governo Federal desenhou algumas ajudas econômicas a população mais vulnerável, e também foi em ajuda aos estados desembolsando fundos que foram em auxílio na construção de hospitais de campanha, e também na compra de respiradores, atitude que não podemos deixar de reconhecer, mas que, no entanto, não foi chegou em um tempo preciso e eficaz, principalmente nas comunidades mais vulneráveis,

como as ajudas econômicas diretas anunciadas pelo Governo federal e por administrações estaduais e municipais ainda não se materializam nos bolsos dos brasileiros, as associações de moradores de inúmeras comunidades buscaram aliados para distribuir alimentos aos mais necessitados,

além de informar as pessoas sobre a magnitude dos riscos e como evitá-los. Em Paraisópolis, estão até erguendo uma espécie de hospital de campanha. (El País, 5 de abril 2020)³

Na imprensa e na mídia em geral podemos fazer um seguimento das notícias, e do avanço do coronavírus no Brasil, e aproximarmos das controvérsias originadas dentro do governo de Jair Bolsonaro, que tem feito do Brasil um dos países com uma estatística de mortes, que para o curto período do governo, tem sido realmente marcante no que tange a um negacionismo declarado do governo, e a descrença da letalidade da doença. Importante também é mencionar que este momento de crise sanitária nos alenta a questões complexas de caráter filosófico, histórico e ambiental, que proporciona um espaço doloroso, e ao mesmo tempo enriquecedor de meditações pertinentes, dado a crise humanitária que estamos vivendo, e que nos parece que é importante testemunha.

3. Brasil: Pandemia e negacionismo

El negacionismo es el estado supremo del genocidio.

Bernard-Henry Lévy

O ano 2020 vai ser recordado como o ano em que a humanidade se ajoelhou diante de uma ameaça sem precedentes na história da humanidade nos últimos 100 anos. Uma crise sanitária provocada por um vírus que colocou os países ricos, e pobres diante de uma incógnita, da qual poucos conseguiram sair sem mortos que contar. Um cenário desolador do qual a organização estatal, política e social jogou um papel importante na construção de estratégias de combate ao vírus da COVID-19. Entanto, a crise sanitária colocou aos governos em situações nunca conhecidas na proteção de seu povo, e principalmente de seus habitantes mais vulneráveis.

No caso do Brasil, o que vimos foi uma luta constante travada pelos cientistas, epidemiologistas, infectologistas e profissionais da saúde de um lado, e o governo do Presidente Bolsonaro do outro. Uma luta de trincheiras, no qual o único perdedor foi

³ <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-05/coronavirus-chega-as-favelas-brasileiras-com-impacto-mais-incerto-que-nas-grandes-cidades.html>

a população em geral. Enquanto os cientistas e profissionais da saúde escutavam as medidas da OMS, o governo questionava a realidade pandêmica, e transformava a crise sanitária em uma crise política. Para a realização de cada uma das medidas contra o coronavírus era necessário sacrificar a economia, e muitos iriam ser prejudicados pelo fato de que para manter o distanciamento social era necessário fechar o comércio, as empresas e manter o povo em casa para a não propagação do vírus. Todo esse panorama, desencadeado em fevereiro de 2020, nos levou a um questionamento nunca antes visto, um dilema sem sentido que levou muitos governos a disputas políticas: salvar a economia ou salvar vidas. Aqui certamente temos que mencionar que uma das medidas para evitar o massivo contágio seria o isolamento social; alguns líderes a nível mundial deixaram claro que essa medida seria um desastre para a economia. Na verdade, muitos defensores da economia optaram por declarar que uma medida como essa poderia levar o país a uma hecatombe econômica. O grande problema é que não perceberam que a grande hecatombe humana estava prestes a chegar.

O desprezo de muitos governos ao redor do mundo pelas conclusões científicas do cenário pandêmico, fez com que grandes potências mundiais cometessem erros vitais na solução da situação sanitária. O rápido crescimento da pandemia, e as situações caóticas que surgiram no sistema de saúde brasileiro levarão o governo a cometer uma série de desacertos que apesar de que não compõe o eixo central do presente artigo sua menção é necessária para contextualizar um passado e presente de contradições que levaram ao Brasil a um verdadeiro caos sanitário. O grande dilema utilizado pelo governo é falso em sua estrutura comunicacional, e em sua estrutura filosófica se assim queremos chamar, e nesse sentido podemos considerar que diante da pandemia o dilema absolutamente não tem um caráter humanitário quando

pode ser vista também como um dilema no qual a humanidade teria que enfrentar a alternativa entre escolher a vida e suas qualidades ou a economia e a produção, o que constitui, aparentemente, uma escolha impossível pois a qualidade de vida implica sua sustentabilidade pela produção de bens e serviços e a produção precisa de consumidores de tais bens. (Schramm et al, 2020)

Assim o que vamos assistir nesses momentos de discussão interna dentro do Ministério da Saúde é uma distância entre o governo e seu próprio Ministério de Saúde que tem como base, e foi dito muitas vezes pelo Ministro Luiz Henrique Mandetta era que sua função era “salva vidas”.

O governo brasileiro, na figura do seu líder Jair Bolsonaro optou por negar a realidade, e não cumprir com as medidas internacionalmente adotadas pela OMS. Em seu afã político, o presidente Jair Bolsonaro demitiu o Ministro de Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que diante dos fundamentos científicos queria criar desde o seu Ministério um plano estratégico para enfrentar o coronavírus. Mandetta foi demitido, e o erro do governo foi visto nos meses seguintes, quando o número de contágios e mortes aumentou. Pensamos que a menção desse caso é suficiente para mostrar que o governo do Brasil está afastado dos fundamentos científicos, como estratégia para enfrentar o problema sanitário, e deixou claro na Reunião Ministerial do governo realizada no dia 22 de abril de 2020

o que vimos ali, além de outras muitas agressões à democracia, foi o descaso mais absoluto com a epidemia. Nem uma palavra sobre os mortos, nenhum consolo às famílias, nada sobre as medidas a serem adotadas para controlar a pandemia. Nesse momento, dia 22 de abril, Brasil contava com 2.906 mortes confirmadas por Covid-19, um mês mais tarde o número de óbitos ascende a 21.048. (Caponi, 2020)

A trajetória da pandemia, e a conduta particularmente demonstrada pelo Presidente Bolsonaro levava em consideração uma minimização da doença, e falta de empatia com as vítimas e seus familiares. Esse espaço criado não está centrado na pandemia em si, e as medidas de contenção do governo Bolsonaro, mas é de fundamental importância contextualizar o momento histórico vivido para compreender em sua totalidade o que tem acontecido com alguns segmentos da sociedade brasileira, quanto ao enfrentamento da pandemia, e o negacionismo levantado nas fronteiras do governo, e seus apoiadores.

O cenário pandêmico faz eco, e nos leva por trilhas que conformaram grande acervo de situações, que demonstram que o governo do presidente Jair Bolsonaro tem como meta a economia, dentro de um neoliberalismo exacerbado, e esquece a qualidade de vida, e o bem estar da população. O fator principal, e de inegável valor humanitário, são as mais de 155 mil vítimas que tem feito a pandemia, e que

durante todos esses meses o governo não tem se pronunciado por esta tragédia humana. Todo esse contexto nos leva a pensar em duas vertentes: de um lado a ciência, os cientistas e os profissionais de saúde, do outro alguns comerciantes, economistas bolsonaristas, e o governo tentando mostrar para a população que o coronavírus não é real. De onde vem tal visão? Certamente, no decorrer da presente reflexão tentamos responder de forma indireta essa pergunta, mas o importante é considerá-la como ponto de partida para compreender a grande divisão ideológica que existe no Brasil, e as contradições do governo no combate a pandemia, que podem ser o retrato de políticas antes anunciadas, que têm em suas bases a negação da ciência, o extremismo ideológico, e o discurso permanente do “Brasil acima de tudo, e Deus acima de todos”, que demonstra o fundamentalismo cristão, que pode nos levar as discussões essenciais na lógica de uma realidade brasileira que aos “olhos do mundo”, se torna cada vez mais incompreensível diante de questões como preservação ambiental, mudanças climáticas, pandemia e outras demandas das quais o governo brasileiro tem sido alvo de críticas e denúncias.

Deste modo, pensar no Brasil do presente, é visualizar problemáticas que podem recuperar os princípios, e valores do governo de Jair Bolsonaro, e sua postura com relação a um Brasil que tanto precisa de apoio, e tem encontrado tantos obstáculos nesses momentos de pandemia. Assim sendo, é bom lembrar, que aqueles especialistas que estão na linha de frente demonstram que existem muitas estratégias para enfrentar um momento tão complexo como esse, e que o dilema inventado economia/saúde, simboliza um desconhecimento da ciência, e falta de compromisso com os mais vulneráveis do país, dentro uma situação sanitária sem precedentes. Nesse sentido, muitos foram os organismos governamentais, e municipais que tiveram possibilidade de criar medidas para o enfrentamento do coronavírus, em cada estado e região, sendo essas medidas criadas pelos governadores e prefeitos, que foram as principais lideranças que desde a situação local foram decretando medidas, e tentando conter a propagação da pandemia. Não obstante, nos parece que existem fatores sociais, que também nos podem ajudar na compreensão dessa separação de poderes, separação regional, e principalmente a falta de unidade do país para afrontar uma tragédia como a do coronavírus. Certamente, em muitos outros países do mundo utilizaram o bom senso para

construir políticas sanitárias desde um fator humanitário, formas de enfrentamento da situação pandêmica, que apesar do desconhecimento do vírus, e das complexas medidas de isolamento social, puderam ter mais eficiência que no Brasil. Porém, é importante defender que o “bom senso” também surgiu em muitos organismos sanitários no Brasil como podemos ver no texto “A pandemia de COVID-19 no Brasil: Crônica de uma crise sanitária anunciada”, no qual podemos ver que muitos dos problemas sociais pré-existentes no Brasil determinaram a forma, e o sucesso na missão de salvar vidas.

No momento, as decisões imediatas devem buscar poupar vidas, garantindo a assistência de boa qualidade ao paciente grave. É também indispensável minimizar os danos econômicos, sociais e psicológicos das populações mais vulneráveis, por meio da adoção de medidas fiscais e sociais. Devemos levantar nossas vozes em defesa do sistema único de saúde e exigir que os que hoje governam o país se engajem na defesa da vida do nosso povo, do contrário, serão responsabilizados pela promoção daquilo que se apresenta potencialmente como uma das maiores tragédias sanitárias já vividas neste país. (Werneck e Carvalho, 2020)

É diante desse cenário difícil, que se revelam as feridas, e a fragilidade de um país socialmente desigual no qual a falta de um sistema de saúde adequado, e a falta de saneamento básico nos levou por caminhos sem volta no combate do coronavírus. Um caminho que levou o Brasil a ocupar o 2º lugar em número de mortes no mundo. Os dados mostram que “o país registrou 341 mortes pela COVID-19 nas últimas 24 horas chegando a ao total de 154.226 óbitos desde o começo da pandemia. Com isso a média móvel de mortes no Brasil nos 7 dias foi de 502, novamente voltando a ficar acima da marca 500” (Consórcio de Veículos de Imprensa dia 19 de outubro de 2020)⁴. É a partir desses dados que queremos quem sabe, responsabilizar uma política nacional criada em função de salvar a economia, e sua estrutura neoliberal, e a uma população descrente, por um lado, onde estão os que seguem o exemplo do seu líder, o Presidente Jair Bolsonaro, e do outro daqueles que perplexos assistem como o país explode em casos de contágios pelo coronavírus, e onde o líder principal do país atenta contra as medidas de combate ao vírus.

⁴ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/19/casos-e-mortes-por-coronavirus-em-19-de-outubro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>

A situação pandêmica entristece em todos os âmbitos, e nos inspira como realidade empírica para refletir sobre vários aspectos da nossa sociedade, e ao mesmo tempo, recuperar nossa história social recente, com o intuito de compreender a crise humanitária desencadeada no Brasil nesses tempos de covid-19, assim como, identificar as coerências de um projeto de nação que não tem em suas propostas a preocupação com o “outro”. Desse modo, nos permitimos fazer alguns questionamentos em relação ao governo Bolsonaro, seus programas de governo, e principalmente seu discurso marcado pelo fundamentalismo religioso, que acreditamos nos permitirá reflexões profundas sobre os caminhos futuros da sociedade brasileira pós-pandemia.

Até que ponto a religião evangélica determinou a postura, e conduta do governo Bolsonaro no combate a pandemia?

São questionamentos que vamos tentar responder e debater sem a pretensões reais, e sim através de reflexões responsáveis baseadas em estudos já realizados por diferentes pensadores no Brasil.

Ainda pensando nesses tempos de pandemia, mas com uma visão mais ecológica a propósito da forte crise internacional desencadeada em 2019, que colocou o Brasil diante de um verdadeiro escândalo em sua forma, e visão de combate aos incêndios na Floresta Amazônica, nos parece coincidir com a mesma postura de combate ao coronavírus, e nesse sentido também é preciso originar espaços reflexões em torno a existência de políticas que comprometem o patrimônio ambiental brasileiro.

A desconstrução das políticas ambientais do governo Bolsonaro terá íntima relação com uma postura fundamentalista evangélica, ou o propósito neoliberal radicado dentro do seu discurso nos remete a uma só meta de desenvolvimento econômico?

As evidências científicas comprovadas pela ciência em questões como mudança climática, aquecimento global são ignoradas pelo governo de Jair Bolsonaro na sua lógica de progresso econômico?

4. Pandemia, degradação ambiental e postura religiosa

Não dá mais para nos iludir,
cobrindo as feridas da Terra com esparadrapos.
Ou mudamos de curso,
preservando as condições de vitalidade da Terra ou o abismo já nos espera.
Leonardo Boff

Pensamos que a forma como foi enfrentada a pandemia tem relação direta com a visão de governo em dois aspectos: negação a ciência e salvação a economia. Esses dois aspectos impediram que o Brasil tivesse uma política coerente com relação à pandemia, principalmente porque muitos grupos políticos estiveram no apoio à postura do governo e do seu negacionismo.

A negação da realidade pandêmica por parte dos apoiadores do Presidente Bolsonaro, apesar das mais de 155 mil mortes, demonstra o que já vinha se afirmando nas falas do governo, e dos seus apoiadores também com relação a outros tópicos como: que a terra é plana, que a cloroquina é a cura para o coronavírus, e a visão de que Bolsonaro é um mito. Demonstramos que não existe por parte do governo Bolsonaro, e seus adeptos uma empatia para com os mortos do coronavírus, e com seus familiares, menos ainda com seguir medidas científicas que poderiam evitar os contágios que no Brasil. Desta forma, ao tentar interpretar a realidade sanitária brasileira, derivada das posturas políticas do governo, imediatamente compreendemos outros aspectos, como por exemplo, as temáticas ambientais.

Os questionamentos nascem, e a comunidade internacional se impacta com a destruição das políticas ambientais brasileiras, que em outros tempos foram consideradas avançadas em seu caráter de socioambiental, mas essa consideração não está dentro das apreciações do governo. Nesse sentido, é importante compreender como já mencionamos anteriormente, que a cosmovisão do governo de Jair Bolsonaro parte de um conceito religioso fundamentado na “salvação” do Brasil da “indecência”, e na destruição das políticas do governo anterior (Partido dos Trabalhadores), que segundo a percepção bolsonarista “arrasaram a nação”. É por este motivo, que a ascensão de Bolsonaro foi resultado de um antipetismo exacerbado, de uma visão religiosa de “milagre mágico”, e um combate a corrupção

como tática, que levou a uma grande parte dos evangélicos em particular a apoiar a candidatura do que eles chamaram “Messias”.

Embora, as questões ambientais sejam contraditórias entre os evangélicos, é importante fazer referência a que muitas organizações evangélicas se posicionam nos últimos anos diante dos graves problemas que enfrentam a humanidade. Assim como, podemos ver que inclusive nascem novas organizações para trabalhar nesse sentido:

não obstante divergências quanto ao impacto da intervenção humana no planeta, o desmatamento de florestas – como da Amazônia - e o aumento de emissão de CO2 afetam diretamente a humanidade de várias formas, com prejuízos físicos e econômicos incontestáveis. Em meio a debates e campanhas internacionais, evangélicos de denominações históricas começam a se posicionar frente ao desafio. (Universo Cristão, 5 de abril de 2014)⁵

Entanto, é bom recordar o caso da ex-candidata a presidência Marina Silva, pertencente à igreja Assembleia de Deus, conhecida ativista ambiental, e que é “maior expressão do ambientalismo evangélico brasileiro, a vice na chapa do presidencial pernambucano Eduardo Campos, a acriana Marina Silva, é ligada à Igreja Assembléia de Deus e atualmente comanda o projeto Rede Sustentabilidade” (Universo Cristão, 5 de abril de 2014).

Ainda são poucos os estudos sobre ecoteologia, que possam enriquecer profundamente a relação religião-meio ambiente, principalmente no Brasil. Não obstante, o historiador norteamericano Thomas Berry, morto em 2009, que considerava necessário uma nova discussão sobre o ser humano e a natureza, e a adoção de visões de mundo nas quais pudéssemos ver a natureza como objeto de exploração, demonstra que são novos e graves os desafios que se vislumbram para as religiões. Podemos ver que

en primer lugar, debemos analizar la magnitud de los acontecimientos de nuestro tiempo. Lo que sucede no es sólo otra transición histórica o un simple cambio cultural. La actual devastación planetaria significa anular cientos de miles e incluso miles de millones de años de desarrollo en la tierra. Es un período de cambio trascendental, un cambio sin precedentes en los cuatro mil quinientos millones de años de historia de la Tierra. (Berry, 1997)

⁵ <http://www.cpadnews.com.br/universo-cristao/22381/cresce-relacao-de-evangelicos-com-politicas-ambientais.html>

A reflexão de Thomas Berry nos traz algumas preocupações sabemos que o estudioso pensava desde uma perspectiva ampla da religião, o cristianismo, e principalmente a relação aos escritos bíblicos, e a ação humana. São muitas as passagens bíblicas que nos levam a buscar evidências com respeito ao aquecimento global, a poluição, a degradação ambiental, o desmatamento, e a mudança climática. Nesse sentido “Os cristãos tem o dever de colocar em prática os cuidados para evitar a degradação e combater aos crimes ambientais” (Da Silva, 2020). Sem dúvida, seria um saldo positivo para a preservação ambiental, se realmente esse esforço por parte dos cristãos se realizasse, porém os brasileiros cristãos, que fazem parte da base de apoio do governo, não são necessariamente os que estão preocupados por esta temática tão grave, e vital para a salvação do planeta terra.

O Brasil se caracteriza por ser um país católico com mais de “11 mil paróquias e mais de 120 mil comunidades paroquiais da Igreja católica, e mais de 50 mil templos evangélicos todas essas localidades congregam centenas e milhares de pessoas, quase diariamente” (Da Silva, 2020). Esse dado nos leva a pensar que seria uma contribuição importante para a conservação ambiental se essas pessoas estivessem em condições de atuar em uma tarefa tão árdua como criar condições para o desenvolvimento de um modelo social mais sustentável. Mas infelizmente aqui começa as grandes contradições no interior desse debate. Onde começa as contradições nessa rica discussão em torno à natureza e o homem?

As contradições são muitas, e tem relação com as práticas alienadoras impostas por muitas vertentes de igrejas cristãs pentecostais, e neopentecostais, e a teologia da prosperidade, onde o desenvolvimento de um modelo econômico, e a associação ao lucro, constata uma oposição clara a preservação ambiental, pois a base do materialismo e o consumismo exacerbado se distanciam de práticas sustentáveis. A teologia da prosperidade se expande dentro das igrejas, e de alguns ministérios:

A Teologia da Prosperidade inicia sua trajetória no Brasil no final dos anos 70. Desde então penetrou em muitas igrejas e diversos ministérios paraeclesiais: Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, Nova Vida, Bíblica da Paz, Cristo Salva, Cristo Vive, Ministério Palavra da Fé, Missão Shekinah, ADHONEP (Associação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno), CCHN (Comitê Cristão de Homens de Negócios). Naturalmente, cada instituição, cada liderança pastoral

deglutirá, trabalhará e transmutará de diferentes modos as doutrinas deste "novo Evangelho", ora enfatizando determinados aspectos, ora deixando outros de lado, por desconhecimento, por desinteresse, por falta de coerência lógica, por recusa de pontos mais controversos ou claramente atentatórios contra crenças e princípios bíblicos tradicionalmente consensuais nos meios cristãos evangélicos. (Mariano, 1996, p.31)

A teologia da prosperidade seria contrária a construção de uma civilização sustentável, pois seu objetivo final é o progresso e desenvolvimento de um Modelo Econômico que visa o lucro, onde a natureza em parte é degradada em função de uma exploração incontrolável, e uma acumulação de capital que não se sensibiliza com o equilíbrio ambiental. A discussão se torna necessária nesses tempos de pandemia, pois não haveria melhor tempo de reflexão, quando o país registra mortes pelo coronavírus nunca vistas na sua história, e quando o povo brasileiro assiste aos maiores crimes contra a natureza desde 2019, basta mencionarmos alguns dos desastres ambientais como o acidente da empresa Vale em Brumadinho, em Minas Gerais, onde um grande número de pessoas morreu, quando o estado já havia assistido outro acidente com iguais características dois anos antes ocorrido na cidade de Mariana. O desastre de Brumadinho provocou danos ambientais irreparáveis na flora, na fauna e na biodiversidade do estado quando

no dia 25 de janeiro de 2019, o rompimento na Barragem 1 da mina Córrego do Feijão, da Companhia Vale S.A, no município de Brumadinho, MG, região metropolitana de Belo Horizonte, provocou um dos mais graves desastres em barragens de mineração no mundo desde 1960. Foram lançados aproximadamente 13 milhões de m³ de lama com rejeitos de mineração, causando grandes impactos ambientais, principalmente sobre o rio Paraopeba, e danos humanos superiores a 300 óbitos, se considerarmos que após um mês, além dos 179 óbitos identificados, havia ainda 129 pessoas não localizadas. (Freitas et al, 2019).

Dentro de um panorama tão catastrófico o Brasil ainda sofreu durante o ano 2019 o choque dos incêndios que atingiram a Floresta Amazônica. Esses incêndios chamaram a atenção do mundo para um futuro colapso ambiental mundial, e também foi motivo de denúncias e protestos mundiais em torno da destruição da floresta, e o pouco compromisso do governo Bolsonaro em protegê-la.

É necessário entender que a coerência política e religiosa do governo de Jair Bolsonaro, está plasmada desde sua campanha pela Presidência no desenvolvimento econômico neoliberal, no combate a corrupção, e na liberação no uso de armas para

a defesa dos cidadãos, eixos de uma política que se distancia dos tópicos das nações civilizadas, e sustentavelmente desenvolvidas. Nessa perspectiva, reunimos nesse espaço uma diversidade de acontecimentos que tem contribuído para uma convivência política, e social bastante complicada nesses dois primeiros anos de governo, é bastante recorrente utilizar esses fatores destrutivos como um pensamento que esbarra na falta de diálogo, e o extremismo como representante de um flagelo que tem violado os direitos fundamentais dos cidadãos, e cometido atropelos a biodiversidade do país, quando a vigilância, e a punição aos crimes ambientais foram flexibilizadas dentro de um contexto de desmatamento, e devastação nunca antes conhecidos na história do Brasil. Enquanto muitos países ao redor do mundo priorizam a criação de políticas, e práticas de caráter ambiental, o Brasil vai em sentido contrário ocasionando constrangimento ao mundo civilizado, e gerando incertezas que podem destruir para sempre nossos altares ecológicos mais importantes.

A coincidência de visões tanto no combate a pandemia do coronavírus, como na potencialização de políticas antiambientais por parte do governo, nos leva a concluir que existe uma forma de governar que está intimamente ligada a um confronto entre o legado civilizatório, e o legado da barbárie como fenômeno espontâneo que se atrela a uma forma única de ver o mundo, e que não se abre para a constatação científica, e menos para o conhecimento cultural e étnico. Essa instrumentalização representativa do governo nasce, e se estabelece na construção de um mundo, no qual só um lado dessa realidade tem um valor, e uma verdade. Esse fundamentalismo nascido no descontento pelas práticas de corrupção, e de valores imorais do governo anterior se radicalizou, quando se construiu no imaginário popular a ideia de que os conservadores são os únicos que podem encontrar uma saída, e uma solução para os problemas da sociedade brasileira. Nessa tentativa de controle social, e soluções imediatas nos deparamos com ideias únicas, e imposições autoritárias que não dão margens a reflexões, menos a criação de um espaço de debates. Esse imediatismo, levará a um caminho perigoso, e já conhecido na história de outras sociedades, e também da nossa em épocas não tão longínquas, nas quais fomos testemunhas de períodos tenebrosos, caracterizado por fundamentalismos à brasileira:

que se caracteriza pelo fundamentalismo radicalizado em ações truculentas e em projetos de poder. Tanto o fundamentalismo quanto o

extremismo se alimentam da intolerância e a impulsionam, mas o extremismo tem a singularidade de se converter em práticas e atitudes de agressão, além da busca pela retirada de direitos dos setores considerados inimigos (Vieira, 2018, p.91).

Contudo, desde essa perspectiva o que tentamos demonstrar é que essa prática está instrumentalizada através de um dogma concebido dentro de uma lógica poderosa de combate ao inimigo. Nesse sentido, pensamos que embora a leitura que realizamos dessa doutrina desumanizadora, nos proporciona um curto tempo de amadurecimento das ações cometidas durante o período que estudamos, pensamos que um fato é certo: o ser “humano” e sua “humanidade” se constroem no diálogo, e a comunicação é fundamental para o seu crescimento e seu desenvolvimento, e os fatos constatados dentro da política Bolsonaroista, confirmam que suas iniciativas estão longe de narrativas mediadoras, e de diálogo aparente. Assim torna-se necessário não somente levantar dados, números e estatísticas, mas o aprofundar no modo de “fazer as coisas”, sempre será o reflexo de um pensamento enraizado na essência e na promoção dos valores, e dos ideais daquele que executa, e gestiona. Quer dizer, tentamos identificar algumas das características mais representativas, e simbólicas de um governo, que na sua irracionalidade comete evidentes atrocidades contra a saúde da população, e degrada o meio ambiente comprometendo o futuro da biodiversidade brasileira, e mundial. Os embates de suas políticas tendem a ser transversais dado o vínculo intrínseco, e a instrumentalização abertamente autoritária, que exercem na desestabilização do direito do outro, e o desconhecimento das raízes constitutivas da nação a qual governa.

Infelizmente, a análise crítica dos acontecimentos, e suas múltiplas vertentes precisam certo tempo para uma revisão mais intensa, falamos de um tempo histórico muito recente, mas temos a convicção de que o legado desse período pandêmico, por exemplo, pelo menos do ponto de vista humanitário marcará para sempre o povo brasileiro, em sua veia social e existencial. Um momento no qual os pensamentos se entrecruzam na razão primeira de um imaginário coletivo, onde a vida se banalizou no espírito leitor de um governo cristão, que ao não poder controlar a vida, desconhece a morte. As bases do governo, parecem alicerçadas na incompreensão do momento crucial do país, no distanciamento do mundo globalizado, e no desconhecimento da emergência planetária.

É necessário, pensar no significado de cidadania, de direitos civis, de respeito e de qualidade de vida questões tão resolvidas dentro das civilizações modernas, e que parecem não ter sentido, ou necessitam ser reinventadas na lógica da barbárie desatada e nascida do ressentimento com que se governa “...el resentimiento, la desigualdad de derechos y de trato, la envidia y vergüenza a veces de que unos hombres o pueblos hayan conseguido lo que ellos no supieron o consiguieron obtener; El “único político”, que “vierte en las gentes el licor del nacionalismo para poder uncir del carro político. Ese es el odio manipulado con fines políticos” (Schimid apud Serrano e Villafañe, 1973, p.24). Esse ressentimento que transita nos sentimentos dos governantes egocêntricos, e sem compromisso com a população, em outros tempos podemos chamá-los de ditadores - esses líderes que agem movidos por lógicas que se distanciam do verdadeiro valor e sentido democrático, e de sua missão como líder elegido com o voto popular.

Todos aqueles que são orientados pelo ressentimento assentado em irracionalidades e desdobramentos desprezíveis dirigidos a “supostos” inimigos tem em seu caminho a destruição como meta. Essa afirmação se evidencia em distintos argumentos utilizados pelo governo no aniquilamento de políticas, e projetos sociais criados no governo do Partido dos Trabalhadores, que tanta importância tiveram para o crescimento social do Brasil, e que se tornam irrelevantes no olhar “odioso”, e “partidário” do atual governo.

O conjunto de questionamentos, e problemáticas associadas às práticas políticas do governo brasileiro que tratamos de ordenar, e classificar de acordo às polêmicas, e disputas que geraram, e geram no interior da sociedade, e que tem afetado também a imagem do Brasil a nível mundial. Entretanto, existem outros fatores que se derivam dessas práticas, e que não foi possível mencionar no espaço do presente artigo. Os valores humanitários de caráter essencial, que podem ser meta de governos democráticos, e tomam outra roupagem no atual governo. As percepções sociais que se reafirmam, e escandalizam como preconceitos raciais, machismo, homofobia, intolerância política e fake news.

Considerações Finais

No presente artigo foi possível reunir alguns estudos, e pesquisas realizados no Brasil no calor dos acontecimentos, onde tentamos construir uma realidade socioeconômica, e política a partir de uma bibliografia, que nos abre um atraente debate, e interessantes reflexões em torno ao contexto social brasileiro, as raízes da ascensão do governo Bolsonaro, e suas estratégias políticas diante dos problemas sociais do Brasil. Entretanto, nos parece ser ainda muito cedo para tirar conclusões de acontecimentos que desde faz apenas alguns meses afetam a sociedade brasileira, e que o povo ainda em seu estado choque custa digerir. Nossa missão foi contribuir para o debate, e para quem sabe, futuras reflexões em torno as temáticas que não tem porque serem vistas de forma separadas, fizemos o esforço interpretativo no sentido constatar muito além das disputas políticas do governo, e seu afã por confundir a opinião pública está a instrumentalização de uma prática política que tem no seu eixo central o desconhecimento real, e profundo do país. Do ponto de vista histórico, ainda é cedo para admitir que certamente seja a primeira vez que o Brasil tem um governo eleito democraticamente (isso para não considerar o período da ditadura militar), que tem pouco ou nenhum compromisso em cumprir as pautas de um programa de governo. Dado a situação de pandemia, que podia ter sido complicada para qualquer governo, ou melhor, para qualquer Estado, como temos visto com outros países que se viram saturados no enfrentamento da pandemia, e governo infelizmente não traçou nenhuma tática, ou estratégica e nem teve intenção de traçar, de modo, que para o enfrentamento da situação, o que vimos foi um emaranhado de problemas criados, e não solucionados que aumentaram os efeitos da pandemia no país. Os brasileiros sabem, e estão conscientes que no horizonte do governo não existe uma prioridade, ou melhor, não deixa claro se a tem, porque os planos e planificações tão esperadas para o governo realmente são inexistentes. A inexperiência política, a falta de empatia com setores mais vulneráveis, e a falta de conhecimento de alguns aspectos da sociedade brasileira por parte do próprio mandatário, e que nos levou a perseguir ideais religiosos, dilemas, e lemas na promessa de uma “salvação” que está longe de ser alcançada, segundo nossa visão.

Provavelmente a maioria dos brasileiros não tenha demonstrado sua frustração nesse período tão doloroso pelo qual estamos passando, mas certamente, essa frustração possa ser dimensionada na cabeça daqueles que um dia

sonharam com que o país tinha se transformado de uma nação subdesenvolvida a uma nação emergente. Naqueles tempos que podiam “dar um rolé no shopping”, ou quem sabe visitar a casa da mãe, e dar de presente um jantar abastecido de arroz e feijão. Os “sonhos” não permitidos se contrastam com os “sonhos” dentro das janelas do medo, esse que é resultado da desilusão com a civilização prometida, tendo como realidade uma barbárie real.

Referências

Berry, Thomas. (1997). Lo divino y nuestro actual momento revelador. In: <http://servicioskoinonia.org/relat/390.htm>

Caponi, Sandra. (2020). Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos Avançados*, 34(99), 209-224.

Da Silva, Juacy. (2020). Os cristãos e o meio ambiente in: <http://www.revistamissoes.org.br/2020/02/os-cristaos-e-o-meio-ambiente/>

Falcão Oliveira, Fábio. (2020). Governo Bolsonaro e o apoio religioso como bandeira in: <file:///C:/Users/hjqjhq/Downloads/52231-Texto%20do%20artigo-751375195599-1-10-20200422.pdf>

Werneck, Guilherme Loureiro, & Carvalho, Marília Sá. (2020). A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(5), e00068820.

Freitas, Carlos Machado de, Barcellos, Christovam, Heller, Léo, & Luz, Zélia Maria Profeta da. (2019). Desastres em barragens de mineração: lições do passado para reduzir riscos atuais e futuros. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 28(1), e20180120.

Mariano, Ricardo (1996). Os pentecostais e a teologia da prosperidade. *Novos estudos*, 44, 24-44.

Mariano, Ricardo (2010) in: Folha de Sao Paulo. “Quanto mais religioso, mais pobre tende a ser um país. Artigo escrito por Hélio Schwartzman. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2709201002.htm>

Pinheiro-Machado, R.; Scalco, L. M. Da esperança ao Ódio: Juventude, Política e Pobreza do Lulismo ao Bolsonarismo. *CADERNOS IHU IDÉIAS (UNISINOS)*, v. 16, p. 3-15, 2018.



Schramm, Fermin Roland et al (2020) *in*: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/o-aparente-dilema-implicado-pela-pandemia-da-covid-19-salvar-vidas-ou-a-economia-artigo/47221>

Serrano, Villafañe Emilio (1973). La violencia y el odio en la política del mundo actual *in*: <file:///C:/Users/hjgjhq/Downloads/Dialnet-LaViolenciaYEIOdioYSuPapelEnLaPolíticaDelMundoActu-1709866.pdf>

Vieira, Henrique. (2018) Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões. *In*: GALLEGO, Ester Solano (org). Ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 94-100

Manuscrito recebido em: 27 de outubro de 2020

Aprovado em: 20 de dezembro de 2020

Publicado em: 21 de dezembro de 2020